

# Caminhos da reconstrução

7 JUL 1933

ANTÔNIO DIAS LEITE

No contexto de um programa de médio e longo prazo, oferecemos à discussão, em vários artigos, análises de aspectos relevantes da realidade nacional e proposições específicas sobre caminhos possíveis e coerentes da reconstrução do País após a crise.

\*\*\*

Foram analisados, do lado externo, as limitações do comércio e a impotência dos organismos e pactos internacionais em face da crise; a posição esmagadora que assumiram, no caso do Brasil, as importações de petróleo e os juros da dívida; e os insensatos contratos de crédito no Exterior, que, em conjunto, configuram situação de extrema vulnerabilidade do País.

Do lado interno, foram examinados a desorganização da administração pública e o recrudescimento de perniciosas tendência centralizadora; o surgimento, no governo, de surpreendente objetivo de destruição de parte do patrimônio nacional, representado pelas grandes empresas sob o controle da União; e o tumulto que decorre da existência dos três orçamentos da União. Tornou-se nítida, ao longo da investigação, a informação insuficiente da opinião pública e, em particular, a impossibilidade de se conhecerem com precisão as aplicações dos recursos públicos que se destinam a subsídios e incentivos fiscais por meio do orçamento monetário. Tratou-se, finalmente, da fantástica evolução da dívida interna e suas consequências negativas sobre o mercado financeiro e a estabilidade das empresas privadas.

Sempre que pareceu adequado e oportuno, foram apresentadas proposições, algumas de princípios e de ordem geral, outras bastante específicas, na convicção de que, em muitos casos, é necessário descer ao detalhe para tornar explícita a posição assumida. Defendeu-se, no que se refere à administração, às empresas e ao orçamento público, a organização urgente de comissões de alto nível político-administrativo-profissional destinadas a examinar, com informação completa e espírito público, as questões em discussão e a propor, para encaminhamento ao Congresso, as consequentes diretrizes. Sugeriu-se o restabelecimento da paridade dos preços e tarifas. Propôs-se, ainda, a redução da iniquidade na distribuição dos ônus da crise, através da tributação de rendas financeiras e de contribuição excepcional dos ricos.

Quanto às condições de evolução futura do País e ao endividamento, propôs-se, de forma detalhada, a reordenação da dívida pública interna; formulou-se um conjunto de hipóteses de longo prazo, sobre a evolução possível da economia nacional, com o objetivo de crescimento e de recuperação do pleno emprego, levando em conta as limitações de ordem interna e externa; e, em função dessas hipóteses, sugeriu-se um conjunto de condições a que deveria satisfazer a renegociação da dívida externa.

\*\*\*

A adoção de tais diretrizes para os caminhos da reconstrução do País visa a alcançar, simultaneamente, as seguintes consequências:

— Redução da iniquidade na repartição dos ônus decorrentes da crise e redução dos segmentos de extrema miséria mediante o pleno emprego da população;

— desafogo da dívida externa das empresas públicas e privadas, através de renegociação dessa dívida e da transferência da responsabilidade em moedas estrangeiras para o Banco Central, assegurando-se às empresas as mesmas vantagens do aumento de prazo e da redução do desembolso de juros que tiverem sido alcançadas na renegociação;

— reconquista do equilíbrio econômico perdido pelas grandes empresas sob controle da União e o respectivo saneamento financeiro, com a consequente retirada do conjunto a que pertencem, da concorrência pelos recursos do mercado financeiro interno, inclusive nos bancos oficiais;

— redução drástica da presença do Banco Central no mercado financeiro, com as suas obrigações e letras. Isso decorreria: da reordenação da dívida pública interna; do aumento da tributação sobre as rendas financeiras; da contribuição extraordinária dos ricos; e da redução de dispêndios dos orçamentos fiscal e monetário, seja com transferência para as empresas públicas, seja com

subsídios e incentivos fiscais dispensáveis pela iniciativa privada;

— reconquista, a médio prazo, da eficiência da administração pública, e recuperação do serviço público civil.

Em conjunto, esses resultados esperados propiciariam tendência para a rápida baixa da taxa de juros do mercado interno e significativas contribuições no sentido da contenção do processo inflacionário, exceto, apenas em parte, quanto ao impacto imediato da atualização de tarifas e preços contidos de certos produtos. Criariam, acima de tudo, condições para que pudesse ser alcançado o objetivo de crescimento econômico em ritmo próximo àquele que foi tradicionalmente obtido pelo País, de acordo com objetivos vinculados à adoção, desde logo, de um plano de reconstrução para depois da crise.

\*\*\*

A aplicação deste ou de qualquer outro programa supõe um período de transição que poderá demandar dois ou três anos, durante os quais terá de ser travado combate decisivo contra a inflação. Este combate terá de coadunar-se com o caminho da reconstrução escolhido, cujo início de implantação se dará no período de transição e sofrerá, por sua vez, influências das medidas exequíveis de curto prazo. A fase de transição exigirá informações detalhadas e extremamente atualizadas, medidas concretas e a condução das operações de dia a dia, com grande precisão, especialmente no que se refere ao combate à inflação, com o cuidado de evitar o desvio em relação aos rumos que tiverem sido traçados para a política global. É, portanto, difícil discutir-se essa transição, sem se ter escolhido o rumo a seguir, o que envolve, além dos aspectos econômicos e financeiros, principalmente questões sociais e definições políticas da maior relevância.

Existem propostas, oriundas dos mais variados segmentos da sociedade. Algumas são de validade universal e poderiam ser incluídas em diversos planos; outras requerem maior debate e esclarecimento. De qualquer forma, há uma demonstração impressionante de interesse público e ansiedade com o estado das coisas, envolvendo partidários e opositores da situação em esforço considerável de colaboração com o governo. Mas a nenhuma delas se tem notícia de ter este dado atenção. E não se sabe, a não ser por alguns poucos sinais aparentes e deduções, o destino que a administração tem em mente, para a estrutura econômica futura do País.

Na medida em que é dispensada a colaboração de partidários e aliados, e são desprezadas as críticas da oposição, e que prossegue a tendência à auto-suficiência e à centralização do poder nas mãos dos executivos da área econômica e financeira, perdem elas os imprescindíveis créditos de confiança junto à opinião pública. E, se não for dada solução ao problema econômico que permita ao País, rapidamente, sentir o declínio da inflação e perceber a redução do desemprego e das áreas de extrema miséria, tornar-se-á difícil a própria estabilidade da organização política.

Ao contrário, com o respaldo de um programa nacional coerente, demonstrando a administração a convicção da sua exequibilidade, merecendo essa administração a confiança interna e externa, quanto à sua capacidade de levar a bom termo o programa, não há por que duvidar da disposição da sociedade de suportar sacrifícios, especialmente no período de transição, e realizar o esforço para que seja alcançado o sucesso.

Concluimos, pois, esta série de artigos reiterando a nossa confiança na possibilidade de o País retomar o seu curso, que poderá levá-lo a uma posição de destaque no concerto das nações do mundo ocidental.

\*\*\*

Dentro em breve, esperamos trazer contribuição complementar na análise da base física de que dispõe o Brasil para o processo de reconstrução, na agricultura, na mineração e nas fontes de energia ou quando parecer oportuno novos temas econômicos, inclusive quanto ao período de transição que estamos vivendo.

Registramos, finalmente, os nossos agradecimentos ao O Estado de S. Paulo pela acolhida que nos deu com a qual esperamos poder voltar a contar a qualquer momento. Os nossos agradecimentos também aqueles que tiveram a paciência de seguir esta longa sequência de artigos.